

UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA DA ÁFRICA E RAZÕES PARA DESRACIALIZAR O QUE NUNCA DEVERIA TER SIDO RACIALIZADO

Ivaldo Marciano de França Lima*

Resumo

O presente artigo objetiva discutir questões relacionadas com a forma como é compreendida a História do continente africano no Brasil, e de como esta necessita ser repensada, propondo a sua desracialização, bem como o estabelecimento de fronteiras entre o que é África e Brasil. A discussão em questão foi pautada na análise das ementas das disciplinas do eixo África, do curso de licenciatura em História do campus II da Universidade do Estado da Bahia, tomando como parâmetro uma concepção diversa da que se encontra presente em parte significativa dos docentes que lidam com a história do continente africano.

Palavras chave: História da África; Ensino de História; África.

Abstract

A TEACHING EXPERIENCE: REFLECTIONS ABOUT AFRICAN HISTORY AND REASONS FOR UNRACIALIZE WHAT NEVER SHOULD BE RACIALIZED

One of this article purposes to discuss matters related to how the history of Africa is understood in Brazil and how this must be retought, proposing its unracialization, such as establishing bounderies between Africa and Brazil. This discussion was done analizing the syllabus of the courses about Africa in the curriculum of the History Degree Course on Campus II of Universidade do Estado da Bahia, Taking as a parameter a different conception that we can find among a significant part of the teachers who deals with African history.

Keywords: History of Africa; History teaching; Africa.

O ensino de História da África é constituído de inúmeros problemas, dos quais, creio eu, um dos mais importantes seja o es-

tabelecimento dos limites entre o que é de fato pertencente ao continente africano, e o que se constitui em suas representações.

* Prof. Adjunto da UNEB, DEDC II. Coordenador do Programa de Pós Graduação em Estudos Africanos e Representações da África.

As representações da África, seja sob os diferentes terreiros de candomblé, ou manifestações culturais Brasil afora podem servir de exemplos para esta questão, ou seja, trazem consigo discursos sobre o continente africano, mas não devem ser tomadas como parte da sua história. Acredito que isto seja suficiente para que este artigo traga consigo algumas reflexões sobre a prática pedagógica e o ensino de História da África, bem como a urgente necessidade em definir as fronteiras entre a África e o Brasil, por mais que diversos especialistas e intelectuais vinculados aos movimentos sociais negros, ou assemelhados, insistam em afirmar a existência de liames entre nosso país e o continente. Neste artigo discutirei a necessidade da desracialização do ensino da História da África, bem como alguns elementos voltados à análise dos programas das disciplinas do eixo África que estão sob minha responsabilidade no curso de licenciatura em História, na universidade onde leciono.

Minha chegada na UNEB: algumas experiências!

Até o ano de 2011 eu tinha como paradigma a concordância com o conceito de raça. Acreditava que o mesmo deveria ser tomado como referência, desde que como um constructo sócio histórico cultural. Isto me fez, ainda no ano de 2012, escrever um prefácio em que me referia aos conceitos de “negro” e “branco”, como se ambos fizessem parte de uma classificação racial possível de ser aplicada ao contexto brasileiro (LIMA, 2015). Neste prefácio aludi à ideia de que o sofrimento e as dificuldades estavam diretamente associados à cor da pele do indivíduo. E não entendia que cor de pele e raça não constitui, necessariamente, um sinônimo que engesse outras compreensões advindas

de contextos sociais onde a complexidade seja infinitamente maior do que aquela condizente com a classificação racial bi-polar. Sim, é possível (e no caso brasileiro isso se constitui em profunda evidência) que a cor da pele ajude a entender os diversos números de exclusão a que estão submetidos aqueles que não são convencionalmente denominados como “brancos”. Isso, no entanto, não me autoriza a pensar que vivemos em um sistema de classificação racial bi-polar. Mas, enfim, após ler os trabalhos de Motta (2008), Parsons (1993) e o que foi escrito a quatro mãos por Bordieu e Wacquant (2002), percebi que para o Brasil o sistema de classificação racial não poderia jamais ser aquele utilizado para os EUA. Conclui então que Hasenbalg (2005) tinha razão: para o Brasil existe sim o preconceito de cor, numa perspectiva de gradiente, onde o tom branco e o negro se constituem em pólos opostos.

Mas, enfim, certamente os leitores se perguntarão “mas, quais as relações entre a compreensão do sistema de classificação racial brasileiro e o ensino de história da África”? Bem, esta sem dúvida é uma pergunta fantástica, e sem dúvida merece resposta adequada. Antes de tudo, é importante lembrar que ainda hoje estão diretamente associados os discursos de “reparação racial” e os que proclamam a necessidade do ensino da história da África, como forma de “entender as origens dos não brancos” de nosso país. Esta foi a motivação que me fez pensar no que denomino por “biologização das identidades”, e que me levou a dispor de análise crítica sobre as associações naturalizantes entre África e os ditos negros brasileiros (LIMA, 2011).

Quando cheguei à UNEB, soube que estava sendo esperado de forma ansiosa pelos meus futuros alunos. O colega que pertenceu a minha banca comentou para eles que

eu era um “devotado africanista” (no que talvez ele tenha errado feio) e por não terem tido um “docente que pesquisasse temas específicos da área”, os discentes aguardavam por minha presença. Não sei se o colega que me antecedeu era um africanista, mas, não investiguei tal questão por acreditar que isto em nada iria contribuir com minha performance docente. Mas, enfim, quero crer que pelo menos uma parte significativa dos discentes de fato me aguardava com ansiedade, e que boa parte destes esperava que eu fosse um docente “negro”, com cabelos ao estilo “rasta” e trajando roupas bem coloridas.

Também esperavam, creio eu, que fosse dotado dos discursos que considero óbvios, qual seja, pautados na ideia de que existe um maniqueísmo de cunho racial, onde os que se colocam como negros são os verdadeiros heróis, defensores das verdadeiras mudanças que o país deve passar. Qualquer discurso fora deste âmbito seria visto como racista ou conservador. O meu espanto ao pisar na sala de aula foi ouvir um comentário ao estilo “o senhor, professor de História da África?” É evidente que eu tive de responder positivamente ao que considereei uma ingênua provocação, pois acreditava que aquele discente poderia, no futuro próximo, se tornar um doutor em história da arte renascentista, ou mesmo especialista em questões sobre música clássica, temas considerados “impróprios” para os ditos negros, no discurso de meu interlocutor naquele contexto. Já naquele momento procurei mostrar para todos na sala de aula que os estereótipos raciais são tão perversos quanto os diferentes tipos de preconceito e discriminações, pois, se aos ditos negros só é disponível o lugar de “docente de História da África”, então há uma aceitação tácita de que existem lugares marcados, que determinam as competências.

Eis os liames entre Ensino de História da África e o conceito de raça: a julgar mesmo pelo texto da lei 10639/2003, há uma complexa construção discursiva que associa de forma visceral as relações ditas raciais em nosso país e o ensino de história da África. Ao que me parece, entretanto, estabelecer a separação entre um e outro será fundamental para propiciar um olhar mais positivo para o continente africano. A desracialização do mesmo passa, obrigatoriamente, pelo entendimento da extrema diversidade e pluralidade existente em termos de práticas, costumes, ideias, concepções e tipos físicos. Não há nada mais diverso do que o continente africano! Sem contar que sua compreensão passa ao largo da ideia de achar que todos os povos que lá estão se apresentam ou se classificam como negros. Esta categoria, ao que me parece, não é endógena dos africanos (MAGNOLI, 2009; MUDIMBE, 2013).

Creio que esta experiência que vivenciei no meu primeiro dia de aula, na Universidade do Estado da Bahia, tenha sido suficiente para que eu constatasse o quanto os estudos africanos no Brasil devem ser desracializados, de modo que não sejam confundidos com movimentos de combate ao racismo ou questões do tipo. Por mais sensível que seja ao paradigma da igualdade entre os seres humanos, estabelecer o ensino de qualquer disciplina sob o pressuposto de uma determinada luta, qualquer que seja ela, é impor limites para a construção do conhecimento. Até por que, manter uma perspectiva homogeneizadora de que o continente africano é “habitado por negros” é incorrer no equívoco apontado por Hernandez (2016) de reduzir uma extrema diversidade de práticas, costumes e visões de mundo ao tom da pele, que necessariamente não é o mesmo entre os po-

vos que vivem na África. Nunca é demais também lembrar que as diferenças da cor da pele, olhos, tipo de cabelo e formas do corpo não constituem raças (BARBUJANI, 2007). Creio que a afirmativa de Hernandez (2016) em demonstrar as dificuldades de se referir à África no singular é perfeitamente compreensível, dado a extrema diversidade em todos os aspectos relacionados ao continente africano. Não há nada universal na África, no que diz respeito às práticas e costumes culturais.

Entre os anos de 2011, momento de minha chegada à UNEB, e 2012, outras experiências e leituras me fizeram acreditar que de fato a compreensão do continente africano sob o conceito de raça não levariam a lugar algum que não fosse à retroalimentação de estereótipos e visões parciais. Entender um indivíduo a partir dos seus traços físicos já se constitui em atividade intelectual difícil (para não dizer impossível!), mas, pensar a África sob os mesmos pressupostos que os militantes pan africanistas do século XIX não é algo possível de ser sustentado após a demonstração de que a diversidade neste continente vai muito além da cor da pele e tipos físicos. Definitivamente, entender o continente africano a partir de pressupostos baseados no conceito de raça não se constitui em algo válido.

Aliás, não posso deixar de lembrar os valiosos comentários de um discente do ensino básico, que ao discorrer sobre o continente africano, em um dos muitos momentos de vivência que promovi com os graduandos, declarou que “os africanos eram muito burros”. Este comentário causou estranheza de minha parte, e diferente dos graduandos (que estavam sendo observados por mim no episódio em questão), que tentaram repelir com violência tal discurso, tentei entender os motivos que levavam nosso jovem ala-

goinhense a proclamar tal assertiva. Disse o jovem estudante “eles são burros por que só vivem em guerras. Deveriam se unir para se ajudarem, já que são todos iguais...” Evidente que um jovem inteligente e minimamente preocupado com a humanidade chegaria a tal conclusão, pois, sendo ele ensinado que na “África todos são africanos ou negros (logo, iguais!)” por que aceitar a existência de guerras, morte, violência ou fenômenos do tipo?

Para o jovem em questão, aceitar a guerra entre diferentes não se constitui em algo de todo absurdo. Contudo, entre aqueles que são apresentados como iguais não deveriam existir contendas. É o mesmo que uma briga mortal entre irmãos! Esta é a compreensão existente também para outros contextos, a exemplo dos povos indígenas brasileiros. “Eles foram derrotados pelos brancos por que não se uniram”, afirmou nosso jovem estudante. Este foi um momento que guardei em minha mente, e que me fez ver a importância de mostrar o continente africano como plural, diverso, e que a ideia de raça não faz muito sentido entre povos que se estruturam sob outras perspectivas identitárias.¹

Aliás, os recentes trabalhos de Mbembe (2013; 2014) são importantes para indicar que a invenção e classificação da humanidade em raças não foi criação de pensadores do continente africano (COMAS ET AL, 1970; HERNANDEZ, 2005; MAGNOLI, 2009). Fui levado à semelhante constatação após uma cuidadosa leitura do instigante trabalho de Appiah (1997), também crítico do conceito de raça. Não há como entender que povos tão distintos entre si

1 Já em 2011, no XXVI simpósio nacional da ANPUH, apresentei um trabalho com reflexões críticas sobre a compreensão do continente africano sob pressupostos homogeneizantes. Ver: (LIMA, 2011).

sejam compreendidos a partir de conceitos que não levam em conta suas diversidades. Ora, isto se torna ainda mais grave quando nos deparamos com a profunda confusão existente em diversos trabalhos a respeito das categorias “negro” e “africano”. Não posso deixar de recorrer mais uma vez ao livro já citado de Appiah, para afirmar que é preciso desfazer esse amálgama existente entre as palavras “negro” e “africano”, principalmente por estar tratando de conceitos que se referem a realidades distintas. Para Appiah, não é possível compreender os povos africanos de forma homogênea, uma vez que neste continente existem realidades díspares, complexas e às vezes com maior discrepância do que aquela encontrada na Europa. Ou seja, há diferenças enormes entre um cidadão de Gana e outro da Namíbia, assim como entre um achanti e um herero. É preciso maior cuidado com o uso indiscriminado de conceitos no campo da História, principalmente quando estamos diante de realidades extremamente complexas e ainda merecedoras de novos estudos (VEYNE, 1976; KOSELLECK, 2012; 2014; KOSELLECK; MEIER; GÜNTER; ENGELS, 2013).

Por “africanos” entendemos todos aqueles oriundos do continente africano. Banyarwandas, zulus, xhosas, futas, nupes, dinkas, somalis... Povos extremamente diferentes entre si tanto no que tange as suas práticas, como organização sócio-cultural, percepção de mundo, valores, costumes, ideias... Não há nada mais diverso e diferente do que o continente africano. Portanto, afirmar que algo é “africano” é por deveras complexo e difícil. O que é uma típica comida africana? Ou então, o que se entende por língua africana? Mesmo sabendo que por lá existem mais de mil línguas, distribuídas por sete famílias lingüísticas, o que faz com que

um falante do swahili esteja mais distante de um nativo em xona, do que alguém familiarizado com o português e o espanhol. Enfim, o termo “africano” não nos ajuda muito na compreensão das práticas e costumes existentes neste continente. Logo, eu penso que se faz necessário muita cautela com o uso da categoria “africano”.

Creio que o entendimento da África enquanto berço da pluralidade, com tantas línguas, concepções mítico-filosóficas, práticas e costumes não passa pelos reducionismos passíveis da homogeneização. É importante também indicar que fenômenos da contemporaneidade, a exemplo das guerras, se constituem em provas de que o conceito de raça não nos permitirá compreender nuances que vão ao largo das simplificações.

As guerras de Ruanda (SITBON, 2000; MEDINA, 2014; HATZFELD, 2005; GOUREVITCH, 2006; PÉRIÈS; SERVENAY, 2011), ocorrida em 1994, e de Biafra (FORSYTH, 1977), entre os anos de 1967 a 1970, por exemplo, não se constituíram em choques de raças, ao estilo “brancos X negros”, mesmo por que seus oponentes não se viam como iguais. Tampouco tinham a compreensão de que estavam eliminando iguais. O episódio ruandês talvez seja possível de ser classificado sob o contexto racial, uma vez que o elemento “étnico” serviu de combustível para a produção de muitos discursos e ações, e que culminaram na deflagração da guerra que resultou em milhares de mortes. Mas, não eram negros que lutavam contra brancos. E não se pode afirmar que o caso ruandês seja possível de ser aplicado para outros contextos existentes no continente africano.

Mas, ainda sobre o nosso jovem estudante do ensino básico, recordo que ele também perguntou sobre a existência de orixás no continente africano. Para ele,

a relação estabelecida da África enquanto “lugar”, aludindo a ideia deste como um país ou região era suficiente para que acreditasse no quanto a religião dos orixás constituía uma prática extremamente difundida. Enquanto os graduandos, no caso, os universitários, se esforçavam para indicar ao jovem que a África era muito mais do que um “lugar”, este insistia no estabelecimento da relação de que se o orixá é africano, então deveria ser algo universalmente válido para todo o continente. Ao que me parece, nosso jovem estudante do ensino básico estava mais uma vez correto, pois a transformação do orixá, de prática cultural dos iorubanos, em algo universalmente válido para os demais povos do continente africano não foi uma conclusão esdrúxula, apesar de reunir complexos mecanismos de abstração intelectual. Efetivamente, foi este episódio que me levou a declarar o orixá como uma construção mítica dos iorubanos, um dos muitos povos que vivem na atual Nigéria, que é um dos cinquenta e quatro países do continente africano. Logo, os orixás podem até estar em um pedaço da África, mas nem por isso devem ser considerados como “africanos”.

Eis alguns dos muitos motivos que me levaram a estabelecer os meus programas e planos de curso como indicadores da pluralidade e universalidade das práticas e costumes existentes no continente africano. E creio que uma breve análise destes documentos seja importante, uma vez que esteja pleiteando a necessidade de desracializar o ensino de História da África como primeiro passo para propiciar um melhor entendimento sobre o continente africano. A seguir, farei uma breve exposição das ementas e programas das três disciplinas sob minha responsabilidade na Universidade do Estado da Bahia, no campus de Alagoinhas.

Programas das disciplinas África I, II e III: protagonismo dos povos africanos e recusa dos juízos de valores.

Assim que tomei posse na Universidade do Estado da Bahia, mais precisamente no Departamento de Educação, localizado no campus II, em Alagoinhas, me deparei com a necessidade de refazer as ementas e os programas. Não estava partindo do ponto zero, pois os títulos das disciplinas me fizeram refletir sobre algo extremamente positivo, no caso, eles evitavam os juízos eurocêntricos ou concordâncias tácitas com recortes temporais que tomam o continente europeu como modelo e protagonista central da história.

Evidente que encontrei em alguns dos cursos de licenciatura em História da UNEB disciplinas nomeadas por títulos que tomam o rumo do eurocentrismo, não condizentes com o protagonismo dos povos do continente africano, a exemplo “História da África Antiga e Medieval”, no curso de História do campus XIV, em Conceição do Coité, ou “História da África Pré Colonial”, no campus IV, em Jacobina.² Para o primeiro, de forma evidente, há a aceitação da divisão quadripartite, que elege uma periodização destituída de sentidos para a história do continente africano, segundo KI-ZERBO (2002). Ida-de média, feudalismo, revolução francesa, dentre outros eventos, não constituíram os

² A Universidade do Estado da Bahia – UNEB possui nove cursos de licenciatura, distribuídos nas cidades de Salvador (campus I), Alagoinhas (campus II), Jacobina (campus IV) Santo Antonio (campus V) Caetité (campus VI), Teixeira de Freitas (campus X), Itaberaba (campus XIII), Conceição do Coité (campus XIV) e Eunápolis (campus XVIII). Em minha experiência docente eu ofereci disciplinas nos cursos dos campi IV, V, XIII, XIV, XVIII e II, onde sou lotado como professor adjunto, responsável pela disciplina de África I, II e III.

mesmos significados para os povos do continente africano. A rejeição para a divisão quadripartite, portanto, apresenta-se como uma das principais elaborações teóricas para pensar outra periodização que contemple as especificidades da história dos povos do continente africano.

O conceito de África pré – colonial, que encontra seu complemento no termo “colonial”, tem os europeus como primeira grandeza enquanto referência para a História. Não se pode negar a importância da colonização, e da própria presença dos europeus ao longo dos séculos XV ao XX, mas, isto não nos autoriza a tê-los como referencial para o estabelecimento da periodização da história do continente africano. Em outras palavras, uma história da África “dita” pré-colonial traz, mesmo que de forma implícita, os sentidos de que os europeus se constituem no evento mais importante para a história dos povos africanos. Estes conceitos, longe de serem apenas palavras, trazem sentidos que comprometem o protagonismo dos povos africanos em relação às suas escolhas e história.

As ementas das disciplinas: o que eu encontrei e o que construí

Como havia afirmado, quando tomei posse na universidade, em abril de 2011, encontrei o eixo denominado História da África com três disciplinas, somando um total de 150h. Certamente este montante é por demais diferenciado, quando comparado às demais instituições de ensino superior no Brasil como um todo. Creio que o trabalho que tive foi muito mais de aprimoramento das ementas e do programa, posto que estes necessitassem de outra concepção que restituísse o protagonismo e estabelecesse a

separação epistêmica entre Brasil e África. Esta foi a ementa da disciplina **África I** que encontrei:

Discussão sobre a historiografia africana: evolução, tendências e contribuições. Estudo do processo de hominização e povoamento da África. Análise da escravidão e da diáspora, bem como da Partilha da África e da formação dos nacionalismos africanos.

O texto da ementa tem aspectos positivos, a exemplo da indicação sobre a discussão da historiografia africana, e dos tópicos referentes ao povoamento do que é hoje denominado África. Infelizmente não reflete sobre o fato de que a África, enquanto efetividade espacial, é fruto de um complexo aspecto de discursos, responsáveis por sua criação enquanto grande espaço. Admitir a existência da África, assim como de outras espacialidades, antes de sua invenção, é incorrer no anacronismo conceitual típico dos historiadores que naturalizam o presente, e o remetem ao passado. Os problemas que apontei, quando me foi pedido o parecer para as ementas das disciplinas do eixo, restringiram-se à utilização dos conceitos (equivocados, a meu ver) de “diáspora” e “partilha da África”, bem como da ausência de uma cronologia para esta disciplina, uma vez que os nacionalismos africanos, na forma como o compreendemos, se constituem ao longo do século XX. O recorte temporal da disciplina ficou prejudicado, portanto, com a indicação deste tópico, além da suposta abordagem do século XIX para o componente denominado “África I”.

Assim sendo, por ter sido solicitado, modifiquei a ementa, e refiz o programa, estabelecendo como fio condutor o recorte temporal com início para o surgimento da História, indo até o século VII, definido como o fim da idade antiga para o continente africano, conforme indicações existentes nos dois

primeiros volumes da coleção História Geral da África (KI-ZERBO, 2010; MOKHTAR, 2010). E acrescentei questões que considere importante para a disciplina, uma vez que é a primeira do eixo África:

Questões sobre a especificidade da história da África. O problema das fontes escritas. A interdisciplinaridade e o cruzamento das fontes: tradição oral, Arqueologia, Antropologia e Linguística. Os programas internacionais para a valorização da história da África. A complexidade da história da África: questões de método e debates conceituais. A África antiga. O fenômeno da escravidão na África antiga. As rotas de escravos: Saara e costa oriental. Os árabes e o fim da idade antiga. O islã.

Tomando como referência os novos estudos construídos por historiadores africanos e africanistas, introduzi a discussão em torno do problema das fontes e de como estas se constituíram em importante questão para a História da África. Além disso, acrescentei os tópicos relacionados com a interdisciplinaridade, basilares para uma compreensão não-eurocêntrica da História da África, conforme Obenga (2010). Não poderiam ficar de fora também os pontos referentes ao método e debates conceituais, e o processo de constituição da Coleção História Geral da África, que foi a primeira obra coletiva de grande envergadura para estabelecer novos parâmetros desta área do conhecimento. Observe o leitor que a escravidão também é contemplada nesta disciplina, porém, não me refiro ao evento denominado por “escravidão atlântica”, mas aquela ocorrida na costa leste, protagonizada pelos árabes, bem como a que foi praticada antes do século VII. Com isto, consegui estabelecer uma cronologia para a disciplina e um “norte conceitual” que tem nas especificidades da história da África o seu ponto maior. Aqui se rejeitou, ou pelo

menos se tentou rejeitar, a visão eurocêntrica da história, e da África como questão secundária.

Em relação à segunda disciplina, denominada África II, encontrei a seguinte ementa:

Estudo sobre os Estados e sociedades africanas pré-coloniais; análise da escravidão na África e da diáspora africana.

A ementa apresenta graves problemas relacionados com a concepção de história, tempo e espaço. Sustentei perante o coordenador do curso à época, que a forma como a matriz curricular está disposta, ou seja, organizada sob eixos, e com um destes dedicado ao continente africano (denominado “África”), voltado para o estudo da História da África, não justificava a junção da análise das sociedades e estados africanos com o que se convencionou denominar “diáspora”. Além disso, argumentei que as sociedades apresentadas no conteúdo programático contemplavam um grande recorte cronológico, havendo sociedades da África antiga, África pós-expansão islâmica e África Atlântica. Em outras palavras, não havia uma justificativa teórica que subsidiasse tal junção, assim como não existia um recorte temporal definido. Ao que me parece, quem elaborou a ementa teve a genialidade de não nomear a disciplina com títulos eivados por juízos de valor eurocêntricos, mas não conseguiu dotar o eixo de discussões que contemplassem as especificidades existentes na história do continente africano.

Como não deveria deixar de ser, formulei outro texto, e a apresentei para o então coordenador do colegiado, declarando que a disciplina deveria contemplar o recorte da África pós-expansão islâmica até a partilha, ou seja, do século VII até a conferência de Berlim, nos anos 1880 do século XIX. Eis o texto que apresentei:

Estudo da história do continente africano entre os séculos VII ao XIX. Análise das estruturas centralizadas (os “estados” - Gana, Mali, Kanem e Songhay) e sociedades africanas do período, os movimentos migratórios, as trocas comerciais e as civilizações anteriores ao século XV. O tráfico atlântico: constituição, primórdios e expansão europeia. Análise da escravidão na África e no atlântico. Fim dos tráficos. A África e a economia mundial no século XIX.

Como pode observar o leitor, nesta ementa foram incluídos aspectos fundamentais para o entendimento da história do continente africano, a exemplo da formação das estruturas centralizadas no sahel, os movimentos migratórios (ênfatisando a expansão banto, que propiciou profundas mudanças nas regiões sul e centro ocidental), além da constituição do comércio a longa distância. O tráfico atlântico foi contemplado e inserido sob outra perspectiva, qual seja, a de que representa o início da roedura (KI-ZERBO, 2002), no caso, o início de um tempo que teria seu fim na Conferência de Berlim, nos anos 1884/1885. Além disso, procuro enfatizar o fato de que só houve o tráfico atlântico por que existiu anuência das unidades centralizadas então existentes na costa atlântica do continente africano. Não compactuo com a terrível representação, bastante forte no senso comum, de que os europeus, transformados em brancos, chegaram ao continente africano e capturaram homens e mulheres (e que foram convertidos em negros), transformando-os em escravos. Creio que esta imagem, reificada numa concepção binária e maniqueísta da história, dividida entre “brancos malvados”, e “negros vítimas”, não se sustenta mediante os novos olhares e abordagens produzidos na África contemporânea. Como afirma Mbembe (2001), todos os flagelos e holocaustos que se abateram sobre a África resultam da decisão dos povos

do continente africano. Este é o aspecto que denomino de “protagonismo” africano.

Para a terceira disciplina do eixo, denominada África III, encontrei a seguinte ementa:

Estudo da partilha da África e da formação dos nacionalismos africanos. Exame dos processos de colonização e de formação das identidades nacionais através das lutas de descolonização do continente africano. Análise do “Atlântico Negro” e da contribuição do afro-descendente para a formação do mundo contemporâneo.

No parecer sobre o texto da ementa em questão, formulei as seguintes questões críticas: ausência de uma clareza sobre a cronologia, apesar de ressaltar que, comparada as outras duas, esta foi a que dispunha de melhor concepção cronológica, uma vez que tinha seu início na Conferência de Berlim, e término nos dias atuais. Entretanto, por não trazer uma concepção baseada na história da África propriamente dita, o texto acima traz imprecisões, a exemplo da junção dos tópicos “partilha da África” e “formação dos nacionalismos africanos”. Aliás, por não acreditar que o conceito de “partilha” seja o mais adequado para se compreender as invasões perpetradas ao longo do período posterior à Conferência de Berlim, creio que o uso da compreensão de “roedura”, formulado por Ki-Zerbo, possui melhor ajuste para proporcionar aos discentes outras compreensões do tempo histórico em questão, tão bem explorado nos volumes seis (AJAYI, 2010) e sete (BOAHEN, 2010) da coleção História Geral da África.

Este é o texto da ementa que apresentei, em substituição da que foi objeto do meu parecer:

O tempo contemporâneo: principais polêmicas sobre periodização da História da África. Conferência de Berlim: partilha ou roedura?

As diferentes colonizações – governo direto e governo indireto. As Áfricas coloniais. Os nacionalismos africanos: o nacionalismo étnico e o nacionalismo trans-étnico. Formação das identidades nacionais e territórios culturais. O pan-africanismo e as lutas pela independência. As independências: negociações e conflitos. A África pós-independência: as heranças coloniais.

Fiz questão de mais uma vez enfatizar a escolha no protagonismo do continente africano, expresso na recusa da ideia de que houve uma “partilha da África” por parte das potências europeias do século XIX, além de mostrar que os países então existentes no período em questão, ao seu modo, resistiram às invasões perpetradas pelos colonialistas.

Uma breve conclusão: África desracializada, africanos protagonistas e estabelecimento de fronteiras entre História do Brasil e da África

Ao que me parece, no geral, as três ementas estavam imersas em uma compreensão que ainda não havia rompido com o amálgama tácito, que mistura as histórias da África e dos ditos negros brasileiros como uma só. Em outras palavras, talvez o idealizador das ementas e programas do eixo África acredite que os ditos negros brasileiros sejam, de modo invariável, descendentes do continente africano. Eis a principal razão para que sejam estudadas as práticas, os costumes e a história propriamente dita dos negros do Brasil, tomando-os como “afro-descendentes”, mesmo que estes tenham nascido neste país há muitas gerações. E mesmo que estes atribuam para si genealogias diversas. Esta compreensão, ao que me parece, retira a História do campo da cultura e a coloca no lugar da natureza, como se descendência,

identidade e História fossem questões dadas, naturalizadas e essencializadas.

Essa questão, que diz respeito à forma como parte significativa dos pesquisadores e estudiosos do continente africano compreende a História da África, ainda se mostra bastante problemática, a despeito das diferentes ações do GT nacional de História da África da ANPUH. Na assembleia de sua fundação, a maior parte dos pesquisadores africanistas deliberou por reconhecer conexões diversas entre o que se denomina História do Brasil e da África, mas isso não implica em afirmar que uma é parte da outra, correspondendo esta visão, neste sentido, em erro por demais grosseiro.

Ressalte-se que, mediante a imensa “confusão” existente entre África e Brasil, em termos de uma suposta história “conectada”, alguns docentes do campus II da UNEB (no qual me incluo) optaram por construir um curso de pós-graduação intitulado “Estudos Africanos e Representações da África”, mostrando que há sim liames entre os dois campos, mas eles devem ser compreendidos por um aporte teórico metodológico a altura do problema. É possível existir discursos e representações do continente africano em práticas e costumes brasileiros? Sim, mas isto não pode ser compreendido como história da África, mas, sobretudo, representações da África no Brasil.

As práticas culturais, os costumes, lendas, ações, dentre outras questões, dos ditos negros deste país integram a História do Brasil, o que me faz ter plena certeza em afirmar que a discussão em torno das raças, ou das práticas e costumes dos “ditos” afro-descendentes não são temas a serem abordados em uma disciplina componente do eixo curricular denominado História da África. Há, nesse sentido, confusões epistemológicas, além de problemas de concepção

do que vem a ser o recorte na História e suas diferentes possibilidades de conexões.

As disciplinas do eixo África geram a perspectiva de que os seus conteúdos abordarão a História do continente africano e não o Brasil. Temas que deveriam ser deslocados para o eixo que faz jus ao próprio nome. As ementas anteriores, no que pesem seus aspectos positivos, apresentavam um descompasso com os conteúdos e propósitos do eixo África. Os três componentes, pertencentes ao eixo África, devem estar integrados, perfazendo ideias de lógica, continuidade e sentido. A História do continente africano precisa ser respeitada a partir de suas especificidades e conteúdos próprios. Ora, uma rápida observação nos textos das ementas, permitirá perceber a existência de conteúdos da História do Brasil mesclados ao da História da África.

Em suma, propus as modificações nas ementas em virtude da necessidade de construir uma coerência, baseada em outra concepção teórica, que tome a África e os africanos como protagonistas de sua própria história e destino, sem a necessidade de enquadrá-los em camisas de força conceituais e homogeneizantes. Assim sendo, indicou-se outro caminho para o entendimento da História da África, dotando as três disciplinas de coerência e coesão, atribuindo uma lógica cronológica que leva em conta o fato de que as disciplinas do eixo estarão destinadas a determinados recortes da História, a saber: **África I**, contemplando desde o surgimento das civilizações até o século VII, além das discussões sobre fontes, metodologias e teorias sobre a existência ou não da História no continente africano; **África II**, compreende os anos entre os séculos XII, até o XIX, distribuídos na periodização proposta na coleção História Geral da África, formada pelo Período Formador (séculos VII ao XI),

Pré-Atlântico (séculos XI ao XV), Atlântico (séculos XV ao XIX) e Período de Transição (dos anos 1820 a 1880), e **África III**, que enfatiza o recorte temporal compreendido com a idade contemporânea da História do continente africano, que tem como marco os anos 1880, momento em que ocorre a Conferência de Berlim, as invasões imperialistas, a colonização e as independências, bem como a constituição dos estados nacionais da atualidade (KI-ZERBO, 2010; MOKHTAR, 2010; FASI; HRBEK, 2010; MAZRUI; NIANE, 2010; OGOT, 2010; AJAYI, 2010; BOAHEN, 2010; WONDJI, 2010).

Saliente-se o fato de que a nomenclatura das disciplinas, conforme mencionei anteriormente, não propicia a existência de juízos de valor, ou de hierarquias, mas apenas a ideia de sequência. Em suma, a mudança das ementas e programas dos três componentes em questão cumpre com o objetivo de contemplar a história do continente africano a partir de suas especificidades e dinâmicas próprias, rompendo com a ideia e lógica da História Eurocêntrica, corroborando para uma nova perspectiva da História da África ensinada em sala de aula para os discentes do curso de História. A desracialização não é apenas possível, como fundamental, para que a África seja compreendida a partir de suas dinâmicas próprias.

Referências

- AJAYI, J. F. Ade (Org). **História Geral da África, vol. VI - África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BARBUJANI, Guido. **A invenção das raças. Existem mesmo raças humanas? Diversidade e preconceito racial**. São Paulo: Contexto, 2007.

BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, vol. VII - África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. As Artimehanhas da Razão Imperialista. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, nº 1, jan - abr, p. 15-34, 2002.

COMAS, Juan; LITTLE, Kenneth I; SHAPIRO, Harry I; LEIRIS, Michel; LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e ciência**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

FASI, El Mohammed; HRBEK, Ivan (Org). **História Geral da África, Vol. III - África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

FORSYTH, Frederick. **A história de Biafra. O nascimento de um mito africano**. Rio de Janeiro: Record, 1977.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

HASEMBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facções. Relatos de genocídio em Ruanda**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HERNANDEZ, Hector Guerra. Afinal, África é patrimônio de quem? Descolonizar o conhecimento como proposta curricular. In: PAULA, Simoni Mendes de; CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Orgs). **Nossa África. Ensino e pesquisa**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2016, p. 31 - 40.

KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. Vol. I. Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Con-

traponto/ PUC, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC, 2012.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Todos os negros são africanos? In: **Anais eletrônicos do XXVI Simpósio nacional da ANPUH**, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1309546368_ARQUIVO_Trabalho_completoANPUHivaldo2011\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1309546368_ARQUIVO_Trabalho_completoANPUHivaldo2011[1].pdf); acessado em 08/10/2011.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e lei 10639/2003. Reflexões para desconstruir certezas. **A Cor das Letras** (UEFS), v. 01, p. 125 - 152, 2011.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Prefácio. In: LIMA, Maria Nazaré Mota de. **Relações étnico-raciais na escola. O papel das linguagens**. Salvador: EDUNEB, 2015.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue. História do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAZRUI, Ali A.; NIANE, D. T. (Coord.). **História Geral da África, vol. IV – A África do século XII ao século XVI**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 01, p. 172 – 209, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada**. Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, 2014.

MEDINA, Jesús Sordo. **El genocidio de Ruanda**. Edição do autor: 2014.

MOKHTAR, Gamal (Org). **História Geral da África, Vol. II - A África antiga**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

MOTTA, Roberto. Cor e raça: origens religiosas do debate – Roger Bastide e Talcott Parsons. **Afro-Ásia**, 38, 303-319, 2008.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Lisboa: Edições Pedagogo, 2013.

OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas da história da África – Panorama geral. In: KI-ZERBO, Joseph. (Org.). **História geral da África, v. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/MEC, 2010, p. 59 - 76.

OGOT, B. A. (Org.). **História Geral da África, Vol. V – África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010,

PÉRIÈS, Gabriel; SERVENAY, David. **Una guerra negra. Investigación sobre los Orígenes del genocídio ruandês (1959 – 1994)**. Buenos Aires: Prometeo Libros/ EDUNTREF, 2011.

SITBON, Michel. Ruanda. **Um genocídio na consciência**. Lisboa: Edições Dinossauro, 2000.

VEYNE, Paul. A História Conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1976, p. 64 - 88.

HARRIS, Marvin; CONSORTE, Josildeth Gomes; LANG, Joseph; BYRNE, Bryan. Who are the Whites? Imposed Census Categories and the Racial Demography of Brazil. **Social Forces**, 72 (2), p. 451-462, 1993.

WONDJI, C. (Orgs.). **História Geral da África, vol. VIII – África desde 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

Enviado em: 05/08/2016

Aprovado em: 12/11/2016